



Ministério da
Cultura



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO
CURSO DE FORMAÇÃO DE GESTORES CULTURAIS DOS ESTADOS DO
NORDESTE**

SEBASTIÃO CARLOS DOS SANTOS CARVALHO

**O SISTEMA NACIONAL DE CULTURA E OS
MUNICÍPIOS DO ALTO SERTÃO PRODUTIVO
UMA LEITURA DAS DIFICULDADES E AVANÇOS DA SUA
IMPLANTAÇÃO**

Olinda
2014

SEBASTIÃO CARLOS DOS SANTOS CARVALHO

**O SISTEMA NACIONAL DE CULTURA E OS
MUNICÍPIOS DO ALTO SERTÃO PRODUTIVO
UMA LEITURA DAS DIFICULDADES E AVANÇOS DA SUA
IMPLANTAÇÃO**

Monografia apresentada ao Curso de Formação de Gestores Culturais dos Estados do Nordeste, promovido pelo Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, da Universidade Federal da Bahia, em parceria com a Fundação Joaquim Nabuco e o Ministério da Cultura, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Cultural.

Orientadora: Profa. Dra. Isaura Botelho

Olinda
2014

SEBASTIÃO CARLOS DOS SANTOS CARVALHO

**O SISTEMA NACIONAL DE CULTURA E OS
MUNICÍPIOS DO ALTO SERTÃO PRODUTIVO
UMA LEITURA DAS DIFICULDADES E AVANÇOS DA SUA
IMPLANTAÇÃO**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Cultural pela Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 26 de novembro de 2014.

Banca examinadora

Prof. Dr. Sérgio Coelho Borges Farias
Doutor em Artes pela Universidade de São Paulo

Prof.^a Dr.^a Isaura Botelho
Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo

Dedicatória:

Esse trabalho é dedicado as mulheres de minha vida, que amorosamente me guiam, me governam e me iluminam...

Amém!

AGRADECIMENTOS

Ao universo, aos colegas, a minha orientadora. Agradeço a vida e as possibilidades.
Agradeço a certeza da dúvida, e a ideia de que ela nunca acaba...

CARVALHO, Sebastião C.S. **Título:** O Sistema Nacional de Cultura e os municípios do Alto Sertão Produtivo: Uma leitura das Dificuldades e Avanços da sua Implantação. (47 páginas) p. il. 2014. Monografia (Curso de Formação de Gestores Culturais dos Estados do Nordeste) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

RESUMO

Praticamente a totalidade dos municípios situados no Sertão Produtivo ainda não criou o seu SMC. Entendendo a maneira como a gestão em cultura no país tem caminhado e considerando suas perspectivas para um futuro próximo, faz-se necessário identificar as dificuldades que estes gestores encontram para iniciar ou dar continuidade ao procedimento. A intenção desse trabalho é diagnosticar as causas desse problema e apontar alternativas para a sua solução. Para tanto, percorremos os municípios do território, dialogando com os gestores de cultura, buscando o entendimento de em que perspectivas a cultura vem sendo abordada pelos municípios.

Palavras-chave: Alto Sertão Produtivo, Sistema Nacional de Cultura, Sistema Municipal de Cultura

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SNC	Sistema Nacional de Cultura
SMC	Sistema Municipal de Cultura
RCT	Representante Territorial de Cultura
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	10
2	OBJETIVOS	12
2.1	OBJETIVO GERAL	12
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	12
3	REFERENCIAL TEÓRICO	13
3.1	SNC – O QUE QUER, O QUE FAZ ESSE SISTEMA?	13
3.2	UM RECORTE DA SITUAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SERTÃO PRODUTIVO	16
4	METODOLOGIA: A BUSCA DO CAMINHO PARA UMA CONSTRUÇÃO TEÓRICA METODOLÓGICA	19
4.2	ABORDAGEM ADOTADA	19
4.3	PARTICIPANTES DA PESQUISA	20
4.4	INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	21
5	ANÁLISE DE DADOS	21
6	DIALOGANDO SOBRE O SCN COM OS GESTORES DO ALTO SERTÃO	22
6.1	A CAPITAL DA AMIZADE – IBIASSUCÊ	22
6.1.2	UM POUCO DE SUA HISTÓRIA	22

6.1.3	UM DEDO DE PROSA	23
6.2	A TERRA DO BEIJA FLOR – GUANAMBI	28
6.2.3	UM CAFÉ E UMA CONVERSA	30
6.3	O RIO DA PESCA – PINDAÍ	34
6.3.1	TUDO E MAIS UM POUCO	36
7	CONSIDERAÇÕES	40
8	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42
9	ANEXOS	46

1 - APRESENTAÇÃO:

Segundo dados de 31 de dezembro de 2012, 1407 municípios, 22 estados e o Distrito Federal haviam se integrado ao SNC por meio da assinatura do Acordo de Cooperação Federativa. Este número é bem expressivo, mas se formos contabilizar os sistemas estaduais e municipais efetivamente institucionalizados e implantados, veremos que isso não reflete de fato o que acontece em cada município e estado da união.

Com a promulgação da Emenda Constitucional que introduziu o Sistema Nacional de Cultura (SNC) na Constituição Federal (artigo 216-A) podemos afirmar que a implantação do SNC no Brasil alcançou um novo patamar. Esta ação, aliada a outras como por exemplo as conferências municipais e estaduais de cultura, deu um impulso a adesão ao sistema por parte de quase todos os municípios brasileiros.

É preciso entender que a consolidação do SNC é um processo de longo prazo, que envolve a institucionalização de uma política cultural revolucionária, onde toda a sociedade participa, opina e decide. Uma política pública participativa, verdadeiramente democrática e abrangente.

Contudo, apesar de inúmeras ações desenvolvidas pelo poder público para a implantação e implementação do SNC e dos Sistemas Municipais de Cultura (SMC), o que vemos na prática é um número muito pequeno de municípios que de fato tem sua adesão consolidada.

Ao falar especificamente do Sertão Produtivo, território de identidade formado por 19 (dezenove) municípios, situado no sudoeste baiano, veremos que nenhum deles possui o Sistema Municipal de Cultura, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2012.

Quais as dificuldades encontradas por estes municípios para a implantação de seus sistemas? Quais caminhos deverão serem seguidos para alcançar o êxito nesta empreitada?

Essas são algumas das perguntas que tentaremos responder aqui. Em contato com os dirigentes locais de cultura, tentaremos encontrar respostas para os caminhos e descaminhos da gestão em cultura nessa região. Tentaremos identificar os entraves e apontar possíveis alternativas para que o processo deslanche.

Nesse trabalho percorremos o Sertão Produtivo, buscando um diálogo com os gestores culturais a fim de compreendermos a situação da gestão em suas localidades. Os municípios, em sua grande parte são de pequeno porte, e variam de populações de 10 mil (Ibiassucê) a 85 mil habitantes (Guanambi).

Para colher os dados utilizamos uma entrevista semi-estruturada e nossa análise de dados é de cunho qualitativo.

2- OBJETIVOS

2.1 – OBJETIVO GERAL

Identificar quais as dificuldades que atravancam os caminhos dos municípios do Sertão Produtivo baiano para que eles implementem seus Sistemas Municipais de Cultura.

2.2 - Objetivos Específicos

- Descrever a situação dos municípios do Sertão Produtivo com relação aos planos de cultura, conselhos municipais de cultura, fundos de cultura e órgãos gestores;
- Identificar junto aos gestores (prefeitos, secretários e ou diretores) quais dificuldades e facilidades são encontradas para a implantação do SMC;
- Identificar possíveis caminhos para a solução dos problemas.

3 – REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 – SNC – O QUE QUER, O QUE FAZ ESSE SISTEMA?

Nos últimos anos a forma como a cultura tem sido vista e gerida em nosso país tem se modificado significativamente. No entanto ainda vivemos o desafio de assegurar que as políticas culturais se transformem em políticas de estado e deixem de ser apenas ações de governo. Isso ocorre, muitas vezes por falta de entendimento dos gestores em cultura dos caminhos que estão sendo trilhados em direção a uma estruturação da gestão. Para Rubim, *“Pouca atenção tem sido destinada às questões mais teóricas e conceituais. Raros são os textos preocupados, por exemplo, com a teorização e a definição de políticas culturais.”*

Esta preocupação é reveladora, visto que ainda não se pensa no gestor cultural como sendo um administrador da pasta da cultura e sim como um realizador/organizador de eventos culturais e shows. Talvez essa visão equivocada tenha provocado tamanha dificuldade na implantação dos sistemas municipais, visto que em muitas das vezes o Gestor Cultural nem toma conhecimento da existência do mesmo.

FAZER UMA COSTURA AQUI

“Sem dúvida alguma um dos grandes desafios a ser enfrentado na gestão de políticas públicas culturais diz respeito às relações intergovernamentais, que é o de organizar e equilibrar o direito à fruição e produção da cultura, pelos cidadãos, com o modelo tripartite de federalismo, num contexto de desigualdades inter e intraestaduais.”(Cartilha do SNC, 2011)

FAZER UMA COSTURA AQUI

Parte integrante e fundamental do Sistema são os Planos de Cultura. Estes devem conter metas a serem atingidas a médio e longo prazo e devem seguir as intenções e vocações dos grupos/seguimentos para onde foram criados. Os planos são gerados principalmente a

partir das conferências de cultura e são instrumentos para que o poder público possa gerir as ações culturais, prevendo orçamento, prazos e estratégia para sua execução.

São componentes do SNC:

Os órgãos gestores da cultura, desde a esfera federal até chegar nos municípios: Ministério, secretaria, diretoria, coordenadoria ou gerência... Estes órgão podem ser inclusive conjugados com outras áreas, a exemplo da educação e do esporte. É bem claro que o ideal seria órgãos exclusivos para a gestão cultural, no entanto a sua ausência não é fator de impedimento para a criação e implantação do sistema.

Os conselhos de política cultural, são também parte integrante e indispensável, pois a partir de suas decisões é que os encaminhamentos são tomados. O conselho, na maioria das vezes é consultivo e deliberativo. Ele tem também a função de fiscalizar e propor ações. A formação destes conselhos deve ser o mais heterogênea possível, respeitando, é claro critérios básicos de relação de seus membros com a cultura e com políticas culturais. Devem ser mistos, isto é, ter membros da sociedade civil organizada e do poder público.

As conferências de cultura são ações estratégicas para ouvir a comunidade e estabelecer metas para o Plano de cultura. Nas conferências todos os envolvidos com a cultura podem ser ouvidos e através dos delegados eleitos, expressar seus desejos por meio do voto. É nas conferências que a comunidade pode expressar seus anseios e eleger suas prioridades.

Como materialização dos trabalhos e propostas desenvolvidas e apresentadas pelos órgãos gestores, conselhos e conferências temos os planos de cultura. Neles devem estar registrados as intenções, metas e possíveis caminhos para que as mesmas sejam alcançadas. Os planos são documentos que servem como base para o desenvolvimento das políticas culturais de cada cidade, estado e do país. Há um indicativo que este plano seja decenal, o que não significa que as metas nele contidas devem esperar por tanto tempo para serem alcançadas. Os planos existem, principalmente para delimitar um

tempo para a consolidação das propostas apresentadas e aprovadas nas conferências.

Ponto imprescindível para o êxito das propostas do plano é a identificação dos sistemas de financiamento à cultura. Este sistema é um conjunto de instrumentos de financiamento público da cultura, que visa o apoio e incentivo a programas, projetos e ações culturais realizadas pela Sociedade. Podem ser de quatro tipos: Orçamento Público (reembolsável e não-reembolsável), Fundo (reembolsável e não-reembolsável); Incentivo Fiscal; e Investimento (reembolsável). Os recursos dos Orçamentos Públicos destinam-se, principalmente, para custeio da máquina pública (como pagamento de pessoal e manutenção de equipamentos culturais), realização das atividades da programação cultural e implementação da infra-estrutura cultural (centros culturais, teatros, museus, bibliotecas, etc.). Os Fundos aplicam recursos, quase sempre de origem orçamentária, diretamente na execução ou no apoio a programas, projetos e ações culturais, realizadas pelo Poder Público e pela Sociedade. O Incentivo Fiscal é feito por meio da renúncia fiscal, pela qual os governos abrem mão de receber parcela dos impostos de contribuintes dispostos a financiar a cultura. Os Fundos, além de atuarem com equidade, podem focar suas aplicações em projetos estratégicos que supram carências e fomentem potencialidades culturais. Os projetos realizados pela sociedade devem ser escolhidos via seleção pública, aberta pelo Poder Executivo por meio de editais.

Os sistemas de informações e indicadores culturais, devem ser criados e alimentados para que as políticas. Este sistema deve ser um conjunto de instrumentos de coleta, organização, análise e armazenamento de dados, que possam orientar e construir um conceito real sobre o espaço em que se pretende atuar. Por meio do levantamento dos artistas, produtores, grupos de cultura popular, patrimônio material e imaterial, eventos, equipamentos culturais, órgãos públicos e privados e movimentos sociais de cultura é possível planejar e executar com maior precisão programas e projetos culturais. O Minc criou o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) que é o compartilhamento público e transparente das informações estratégicas para Gestão Federal, Estadual e Municipal da cultura. O MinC, através da Secretaria de Políticas Culturais, estendeu aos municípios o uso do SNIIC, até que cada um deles possa criar o

seu.

A formação de pessoal é estratégica para a implantação do Sistema Nacional de Cultura, pois a gestão cultural é uma área que ainda se ressentir de profissionais com conhecimento e capacitação. Desta forma Os programas de formação na área da cultura são imprescindíveis para o êxito das políticas culturais. Esta formação deve ocorrer nas esferas municipais, estaduais e federal, nos mais diversos níveis. Desde oficinas, até cursos de pós graduação lato e stricto sensu.

FAZER UMA COSTURA AQUI

Os sistemas setoriais de cultura e as câmeras setoriais de cultura têm por finalidade integrar e articular planos e programas pertinentes às suas áreas de atuação, contribuindo com ações estruturantes para criação, formação, normalização técnica, documentação, memória, pesquisa, proteção e conservação, restauração, comunicação, produção, dinamização, difusão e fomento.

De fato, não conseguimos ainda estabelecer uma relação clara entre, município, estado e nação no que se refere ao Sistema Nacional de Cultura. Existe ainda uma lacuna que não foi preenchida que deixa muitas questões com relação ao seu funcionamento e eficácia. Talvez quando a engrenagem começar a engendrar, as muitas perguntas começarão a ter suas respostas.

É preciso compreender que o SNC é um conjunto de ações articuladas que são dependentes umas das outras. O plano de cultura, os Conselhos municipais e o Fundo de Cultura devem estar em consonância para que as coisas funcionem. Não apenas isso: A comunidade, de uma forma geral, deve estar articulada e engajada, pois o funcionamento de tudo depende muito dela também.

3.2 – Um Recorte da Situação dos Municípios do Sertão Produtivo

O Território de Identidade Sertão Produtivo é formado pelos municípios de: Brumado, Caculé, Caetité, Candiba, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Guanambi, Ibiassucê,

Ituaçu, Iuiu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Rio do Antonio, Sebastião Laranjeiras, Tanhaçu, Urandi. O Território de Identidade é uma estratégia de desenvolvimento, que agrupa municípios com afinidades sociais, culturais, históricas, econômicas, geográficas etc., criada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a partir de 2003. Em 2007, a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia adotou essa divisão do território baiano em 26 Territórios de Identidade. Hoje já são reconhecidos 27 Territórios de Identidade na Bahia.

Desde 2007, a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SecultBA) realiza, a cada dois anos, 26 Conferências Territoriais de Cultura, compondo as etapas da Conferência Estadual de Cultura. Em 2007 a Conferência Territorial do Sertão Produtivo foi sediada pelo município de Guanambi, em 2009 e 2011 pelo município de Caetité.

Apesar das ações da Secult-BA, muita coisa ainda precisa ser feita no território. Segundo dados recentes do IBGE(outubro de 2014), nenhum dos 19 municípios possui o Sistema de Cultura em funcionamento. Alguns deles a exemplo de Livramento de Nossa Senhora e Urandi, estão em diligência documental. Caculé está com o acordo publicado, aguardando responsável e plano de trabalho. Ibiassucê está com seu acordo aguardando renovação. Os demais municípios, parecem estar estagnados e oficialmente, junto ao Minc, não existe nada referente a implantação de seus sistemas.

Na grande maioria nada foi feito ainda para a implantação do sistema. O processo não foi nem iniciado. Apesar de em quase todos os municípios existir o órgão gestor da cultura, ainda encontramos esta realidade. Em alguns temos uma diretoria conjunta, noutros uma coordenação, departamento ou diretoria, em alguns uma secretaria conjunta, normalmente de Cultura e Esporte ou de educação e Cultura. Apenas em Guanambi existe uma secretaria exclusiva. Nas cidades de Iuiú, Candiba e Palmas de Monte Alto, não existe o órgão gestor e nenhuma informação foi encontrada a respeito de um possível responsável pela área cultural no âmbito da gestão municipal.

Com relação ao nível de escolaridade os dirigentes culturais da maioria dos municípios possuem nível superior na área das ciências humanas. Um número significativo de licenciaturas.

Apenas em Caetité e Guanambi existe conselho de cultura. Em ambos os municípios os conselheiros foram eleitos pela comunidade e a formação do conselho é mista, sendo metade da sociedade civil organizada e a outra parte formada por servidores públicos. Os conselhos tem um mandato de 02 (dois) anos podendo serem reconduzidos por mais 02(dois).

Dos 19 (dezenove) municípios do território, apenas Guanambi possui Fundo de Cultura, no entanto o órgão que gere esses recursos é a secretaria de administração e finanças. Além disso não existe programa de fomento com utilização dos recursos do fundo e quem define para onde vai este recurso é o prefeito.

Apenas Caetité tem um Plano Municipal de Cultura. Este plano foi elaborado pelo conselho municipal de cultura, ouvindo vários representantes setoriais e consultando a comunidade através de audiências públicas e conferências municipais de cultura. Este plano foi concebido no ano de 2012.

No que se refere aos aspectos socioeconômicos, a maior parte deste municípios sobrevive da produção agrícola, tais como: sorgo, feijão, milho, algodão, mandioca. No entanto, existem também grandes Produtores de Minério e hoje parte da região se destaca também na produção de energia eólica. O maior parque eólico da América Latina está em fase final de implantação numa grande área situada entre Guanambi, Caetité e Pindaí.

Neste panorama do território de identidade sertão produtivo, situado no Sudoeste baiano é que tentaremos encontrar respostas sobre o porque, ou os porquês, do travamento do SNC nesta região.

4 - METODOLOGIA: A BUSCA DO CAMINHO PARA UMA CONSTRUÇÃO TEÓRICA METODOLÓGICA

4.1 ABORDAGEM ADOTADA

A abordagem adotada nessa pesquisa foi de cunho qualitativo, pois de acordo com Duarte (2002) a pesquisa qualitativa, de um modo geral, exige a realização de entrevistas, quase sempre longas e semiestruturadas. Nesses casos, a definição de critérios segundo os quais foram selecionados os participantes que vão compor o universo de investigação é algo primordial, pois interfere diretamente na qualidade das informações a partir das quais será possível construir a análise e chegar à compreensão mais ampla do problema delineado.

4.2 O CONTEXTO DA PESQUISA

Faz-se necessário trazer elementos históricos e sociais de uma determinada realidade concreta, para compreendê-la em sua totalidade.

Essa pesquisa foi realizada no Território de Identidade Sertão Produtivo, localizado no Sudoeste do Estado da Bahia. Esse Território é formado por 19 (dezenove) municípios de pequeno e médio porte.

Os municípios escolhidos como amostra, num total de três, foram selecionados considerando fatores como: Índice de desenvolvimento Humano (IDH), população e existência do órgão gestor.

4.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA

O Estudo teve como colaboradores os gestores municipais de cultura, que muito gentilmente responderam as entrevistas de forma espontânea e voluntária. Pelo sorteio o município de Guanambi, Ibiassucê e Pindaí foram os contemplados. O gestor de Guanambi possui nível superior e está a frente da Secretaria Municipal de Cultura, órgão exclusivo de gestão. Em Ibiassucê existe uma Diretoria de Cultura, vinculada a Secretaria de Educação e o gestor possui nível superior incompleto. Por último, em Tanhaçu existe uma secretaria conjunta de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e o atual gestor possui nível superior completo.

4.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

No intuito de responder as questões e objetivos propostos, além de aprofundar os conceitos presentes no estudo, recorri à pesquisa de campo, utilizando a entrevista semi-estruturada como instrumento de coleta de dados.

Quanto à relevância da técnica de pesquisa escolhida, no que concerne a entrevista semiestruturada, entendo que ela é apropriada para responder os objetivos da investigação, como aponta Triviños,

[...] o processo da entrevista semi-estruturada dá melhores resultados se se trabalha com diferentes grupos de pessoa (professores, alunos, orientadores educacional, diretores sobre as perspectivas da orientação educacionais nas escolas) (TRIVIÑOS,1987, p.146). [sic]

O instrumento de pesquisa em destaque possibilita um contato sólido entre o entrevistado e

o pesquisador, que colhe informações com o intuito de obter, além da compreensão de sua realidade, o conhecimento de suas motivações pessoais, bem como a exploração dos conhecimentos pessoais, seus valores, suas crenças, sentimentos e opiniões. É importante esclarecer que, a todos os participantes da pesquisa foram solicitados o consentimento para gravar as entrevistas.

5- ANÁLISE DE DADOS

Definir os procedimentos de análise e interpretação de dados de um estudo investigativo requer um olhar atento ao problema de pesquisa, à luz dos referenciais teóricos que darão inteligibilidade aos processos a serem estudados. Sendo assim, o processo de análise e interpretação dos dados, exigirá, inicialmente, uma leitura compreensiva do conjunto do material coletado para apreender as particularidades de todo o material, e em seguida organizá-lo conforme os objetivos da pesquisa.

No caso particular deste estudo, o processo de análise e interpretação se deu de forma dinâmica, de idas e vindas da teoria ao material de análise, e do material de análise à teoria, esse movimento possibilitará desvelar as ambiguidades dos enunciados, acrescentar ou extrair categorias a partir do que a análise foi exigindo conforme as leituras interpretativas do material coletado.

6 – DIALOGANDO SOBRE O SCN COM OS GESTORES DO ALTO SERTÃO

6.1 – A CAPITAL DA AMIZADE – IBIASSUCÊ

A primeira entrevista realizada foi feita com os gestores de Ibiassucê-BA. Fundado em julho de 1962 e situado a aproximadamente 650 km da capital baiana, o município de Ibiassucê tem uma área estimada em 382,472 km². Sua população estimada em 2010 era de 10 077 habitantes, com uma densidade de 26,35 hab./km². Seu clima é semi-árido, tem um IDH de 0,611 (PNUD/2010). Seu PIB gira em torno de R\$ 36 608,173 mil (IBGE/2008) e o PIB per capita é de R\$ 3 906,12 (IBGE/2008). O atual prefeito é o Sr. Manoel Adelino Gomes de Andrade.

Ibiassucê é conhecido e reconhecido pelos seus habitantes, turistas e moradores de municípios vizinhos como a capital da amizade.

6.1.2 Um Pouco de sua História

Os primitivos habitantes da região eram índios Caetés. No século XIX, o território integrava o município de Caculé. Nessas terras desenvolveu-se a fazenda Lagoa do Cisco, propriedade de Anselmo Cruz Prates, Sebastião Figueiredo Cardo e das famílias Lima, proprietária da Casa Grande - primeira edificação do sítio e onde celebrava-se as missas inicialmente-, e Gonçalves de Aguiar. Logo surgiram as primeiras casas e edificou-se a capela de São Sebastião. Formou-se o povoado São Sebastião do Cisco, situada à margem do Rio das Antas ou Jacaré e da Lagoa do Tamboril em fins do século XIX.

A sociedade local baseava-se em economia escravagista, utilizando-se de mão-de-obra forçada para a construção das primeiras edificações, para a produção agrícola e para as tarefas caseiras. Dada a fertilidade de suas terras, foram chegando famílias e o lugarejo transformou-se em povoado. Inicialmente, pertenceu ao município de Caetité e depois, com a emancipação política de Caculé, passou a se integrar àquele município, adquirindo a condição de distrito.

A denominação do vilarejo foi alterada para São Sebastião em 1920, para São Sebastião do Caetité em 1933 e voltando a São Sebastião em 1938, para finalmente ser nomeado Ibiassucê, topônimo definido pelo Decreto Estadual nº 141, de 1943. Contudo, era ainda distrito de Caculé. O povoado evoluía lentamente e a sua população ansiava pela sua emancipação política, que só veio a ocorrer em 18 de julho de 1962, pelo Decreto nº 1.724, do então governador da Bahia coronel Juracy Magalhães, desmembrando a vila do município de Caculé e conseguindo a sua municipalização.(wikipedia, 2014)

Municípios limítrofes

Norte: Lagoa Real

Sul: Caculé

Leste: Rio do Antônio

Oeste: Caetité

6.1.3 – Um Dedo de Prosa

Fui recebido pelo secretário de cultura do município e por uma professora que é a responsável direta pela pasta. Em Ibiassucê a secretaria de Educação responde ainda pela cultura, esporte, lazer e turismo, mas tem uma pessoa responsável pela cultura. Conversamos na manhã do dia 06 de novembro de 2014 e o resultado foi o seguinte:

Começamos falando sobre a existência ou não de um Plano Gestor para o município numa perspectiva principalmente de planejamento das políticas culturais. A resposta foi positiva onde a professora disse:

“ Nós temos, né? Assim... todo final de ano a gente faz um calendário que a gente... que nós vamos trabalhar durante o ano, com as festividades que já fazem parte do calendário.” Percebe-se que existe uma confusão entre o que é Plano de Cultura e Calendário Cultural. É sempre bom lembrar que o Plano de Cultura é um instrumento de gestão de médio e longo prazo, no qual o Poder Público assume a responsabilidade de implantar políticas culturais que ultrapassem os limites de uma única gestão de governo.

O Plano estabelece estratégias e metas, define prazos e recursos necessários à sua implementação. (O Sistema Nacional de Cultura – SNC 27) Dessa forma percebe-se que falta aos gestores esta noção do que de fato vem a ser e ter um Plano Gestor para a cultura do município. É claro que a existência de um calendário já é um avanço, sabendo que na eminência da elaboração de um plano ele deverá fazer parte do mesmo.

Segundo o Guia de Orientação para os Municípios – Sistema Nacional de Cultura – pág 38, *“as atribuições de um órgão gestor da cultura podem ser divididas em quatro categorias: organização de atividades do calendário cultural da cidade, realização ou apoio a eventos e projetos da sociedade, desenvolvimento de ações culturais em conjunto com outras políticas públicas e prestação de serviços culturais permanentes.”* Dessa forma, *pode-se dizer que apesar de fazer essa confusão conceitual entre plano e calendário, neste município existe um certo planejamento para as atividades culturais. De fato isto não garante a prática de políticas culturais, mas pode estabelecer uma plataforma para a criação da mesma.*

Ainda falando sobre o calendário a gestora lembra das *“gincanas culturais e as atividades de cultura que ocorrem dentro das escolas”*, afirmando que *“a gente trabalha com cultura dentro das escolas”*. Em seguida deu exemplos de alguns projetos desenvolvidos como o *Arte, Esporte e Cidadania* e a já citada *Gincana Cultural*. Aqui podemos perceber que ainda existe um vínculo muito grande entre Educação e cultura. A dissociação dessas duas pastas, em alguns casos tem sido algo muito difícil de se conseguir. Isso ocorre, devido a herança das gestões públicas que sempre tiveram a cultura como um apêndice da educação. A cultura sempre esteve em segundo plano. Para Botelho, 2011 *“a dificuldade de definir as estratégias adaptadas aos objetivos fixados para as políticas públicas da cultura fica ainda agravada por outra: a de adequar os critérios da intervenção pública no domínio cultural aos critérios de justiça operantes noutros domínios da política pública, como os da saúde ou da educação sobretudo.”*

Desse pontos de vista, não seria absurdo dizer que isso que se passa em Ibiassucê pode e tem se repetido em diversos municípios do Sertão Produtivo.

Quando falamos sobre a possibilidade de formação para gestores culturais, a professora afirma já ter participado de oficinas para a implantação do SMC, realizadas no território, sendo a última delas em Guanambi-Ba no ano de 2013.

O município de Ibiassucê já esteve integrado ao SNC. Era o único do território que havia conseguido esse status, ao serem arguidos sobre o fato responderam que não sabiam o que de fato ocorrera e que ... *foram feitas todas aquelas partes burocráticas e aí chegou num certo ponto que não desenvolveu mais.* Neste aspecto percebemos a falta da continuidade das políticas de governo. O que mais intriga é que a atual responsável pela pasta, fazia parte da gestão anterior e ainda assim não consegue identificar o que ocorreu para que o município deixasse de fazer parte do sistema. É claro que “*esses desafios não são fáceis de serem superados, pois essa concepção de gestão se confronta com a cultura política tradicional, que é da descontinuidade administrativa com as mudanças de governo, da competição intra e intergovernos e da resistência política à institucionalização da participação social, apesar de assegurada na Constituição Federal.*”(Minc,2011)

Segundo os gestores, em Ibiassucê foram realizadas 04 (quatro) conferências municipais de cultura. A professora afirma ter participado de todas, no entanto o secretário diz que não esteve em nenhuma pois antes era secretário de outra pasta, naquele caso, da Saúde. Ao serem perguntados sobre quais os principais encaminhamentos tomados e demandas identificadas nessas conferências demonstraram um certo êxito e depois de algum tempo a professora, fazendo um grande esforço de memória diz que seria “*a criação de um órgão específico, em um local específico, tipo um centro de cultura. Essa foi uma das principais demandas.*” Ao recorrer ao relatório da conferência municipal realizada em 2013 verifica-se que as três principais ações estratégicas retiradas desta conferência foram: Formação do Conselho Municipal de Cultura; Criação do Plano Municipal de Cultura e Realização de Feiras Culturais – Leva Cultura, exatamente nesta ordem de prioridade. Estes dados vão de encontro a fala da gestora e demonstra um desprendimento dos indicativos da conferência para o que de fato ocorre no âmbito da gestão municipal.

Sobre a existência do Conselho de Cultura no município a resposta foi negativa. No entanto a professora afirma que “*isso também foi um dos pedidos ocorridos nas*

conferências.” Esse dado é bastante interessante, visto que um dos encaminhamentos das conferências é a eleição dos conselheiros. Existe aí uma lacuna entre a afirmativa dos gestores e o que de fato ocorreu nesta conferência. A Formação do Conselho Municipal de Cultura foi eleita como a principal prioridade do Plano de Ações estratégicas para a cultura do município. Neste documento ainda consta que uma das responsáveis por esta ação era justamente a então diretora de cultura, a mesma pessoa que concedeu esta entrevista. Além dela estavam também a então secretária de educação e uma professora historiadora. Percebe-se que muitas vezes falta a vontade política ou até mesmo a responsabilidade política de levar adiante decisões oriundas de uma plenária popular. Apesar do documento existir e de ter sido construído com a participação da comunidade, tem-se a impressão que ele foi esquecido, engavetado.

Sabe-se que uma política pública conseqüente não se confunde com ocorrências aleatórias, motivadas por pressões específicas ou conjunturais; não se confunde também com ações isoladas, carregadas de boas intenções, mas que não têm conseqüência exatamente por não serem pensadas no contexto dos elos da cadeia criação, formação, difusão e consumo. Ou seja, uma política pública exige de seus gestores a capacidade de saber antecipar problemas para poder prever mecanismos para solucioná-los. (Botelho, 2011)

Sobre a participação popular nas decisões referentes as políticas culturais, Rubin, 2006 salienta: *“O tema das políticas públicas de cultura, de imediato, aparece como intimamente associado ao debate acerca dos atores das políticas culturais. Não só dos atores, mas também dos procedimentos envolvidos na confecção de tais políticas públicas. Na perspectiva das políticas públicas, a governança da sociedade, na atualidade, transcende o estatal, impondo a negociação como procedimento usual entre os diferentes atores sociais. Somente políticas submetidas ao debate e crivo públicos podem ser consideradas substantivamente políticas públicas de cultura.”*

Quando perguntados sobre as dificuldades encontradas na gestão da cultura a diretora responde que não existem dificuldades. Segundo ela, pelo fato da cultura ser uma pasta da Educação ela não enfrenta nenhuma dificuldade financeira para a realização de suas

ações. Diz ainda que *“a Educação sempre atendeu todas as expectativas da Cultura.”* O secretário, participando efetivamente pela primeira vez na entrevista diz que *“o orçamento do município é limitado, mas mesmo com o orçamento limitado, tudo que está ao alcance é feito.”* Complementa dizendo que *“tem muita dificuldade orçamentária mas não no ponto de vista de repasse interno de educação para a cultura...”* *“...realmente o que entra no município é que é insuficiente pra gente atender todas as nossas demandas de cultura!”* Mais uma vez, fica a impressão de que a Cultura é um apêndice da Educação. Essa relação simbiótica acaba por furta da primeira a sua verdadeira identidade e afirmação. É praticamente impossível pensar em uma gestão de caráter independente, tendo sempre que ter o cunho de uma outra pasta para definir suas ações.

Ao serem perguntados sobre os principais avanços observados na gestão da cultura em Ibiassucê ambos se limitaram falar de eventos e ações desenvolvidas. Não houve um entendimento de que a pergunta se relacionava a a questões ligadas diretamente a condicionantes estruturantes da administração pública. A diretora de Cultura diz: *“Esse projeto que eu tinha comentado antes – Esporte, Cultura e Cidadania – é uma coisa nova. Começou na gestão de 2013. É um projeto que vai em todas as escolas do município com esporte, cultura e artesanato. Então é uma das inovações que a gente pode citar que está tendo com muito sucesso!* Ainda sobre os avanços ela continua: *“inclusive esse ano a gente tem uma outra inovação que é ter implantado um curso de artesanato no colégio. Estamos trabalhando com reciclados e vamos apresentar agora em dezembro uma parte desse projeto que é Um Natal Iluminado.”* Para Rubim,2006 *“pouca atenção tem sido destinada às questões mais teóricas e conceituais.”* Talvez este seja um dos maiores entraves para que a gestão em cultura deslanche. A implantação do SMC, requer dos gestores culturais e comunidade um mínimo de entendimento burocrático do funcionamento da gestão pública. É necessário apropriar-se de um conhecimento específico para que as demandas se materializem. Ainda encontramos o fazer por fazer em vez da busca aprimorada e consciente de planejamento e ações.

Dando continuidade a nossa conversa, o secretário endossa as palavras da diretora falando de outras ações da cultura local como a capoeira. Segundo ele, existem

professores de capoeira que vão até a zona rural e também em alguns locais da sede para desenvolver atividades. Lembra também do teatro que foi implantado e que foram feitas algumas apresentações com os próprios alunos da escola. Cita também a realização de gincanas, inclusive nas comunidades rurais e de uma comunidade quilombola “*que está muito forte na cultura.*” “*...nessas atividades a gente tenta valorizar a cultura local, do sertanejo, do negro...*” Acredito que o gestor, quando traz para a discussão essas atividades desenvolvidas, tenta demonstrar que de fato a cultura tem uma importância dentro do plano de governo. De fato, o que tento desvelar aqui não é a sua importância, mas a forma como vem sendo conduzida a sua gestão. Percebe-se que há uma preocupação em desenvolver atividades, mas em contrapartida, falta a elaboração de um planejamento estratégico estruturante para as políticas municipais de cultura.

6.2 – A TERRA DO BEIJA FLOR – GUANAMBI

Guanambi é um município brasileiro do estado da Bahia, distante 796 quilômetros a sudoeste de Salvador, sendo interligado à capital pela BR-030, BR-242 e BR-324, a 45 km de Caetité e a 43 km de Palmas de Monte Alto pela BR-030, a 33 km de Pindaí pela BR-122 e a 29 km de Candiba pela BA-262. Sua população estimada em 2014, segundo o IBGE, é de 85 237 habitantes, o que a faz continuar sendo o 20º município mais populoso da Bahia. É cidade polo da Microrregião de Guanambi, estabelecendo influência comercial e de infraestrutura para uma área de aproximadamente 400 mil habitantes. Abriga, ao lado de Caetité e Igaporã, o maior complexo eólico da América Latina. (wikipedia, 2014)

Fundada em agosto de 1919, Guanambi tem uma área estimada em 1.296.654km². Sua população estimada para 201 é de 85 237 habitantes, com uma densidade de 65,74 hab./km². Seu clima é semi-árido, tem um IDH de 0,673 (PNUD/2010). Seu PIB gira em torno de R\$ 663,018, 427 mil (IBGE/2008) e o PIB per capita é de R\$ 8,350 99 (IBGE/2008). O atual prefeito é o Sr. Charles Fernandes.

A história do município de Guanambi se inicia no século XIX quando, segundo relatos,

uma mulher de nome Bela, devota de Santo Antônio, construiu uma casa de taipa nas proximidades do Riacho Belém, na margem direita do rio Carnaíba de Dentro. Desde então para esse ponto se convergiam os moradores da vizinhança que, juntamente com aquela mulher, todos os anos rezavam benditos e ladainhas para aquele santo. Esse encontro rapidamente se transformou num festejo de muitos dias. Bela promovia festas com frequência, o que atraía muita gente para o lugar, principalmente aos domingos e dias santos. Assim foram surgindo outras casas, cujos moradores procediam de vilas e lugarejos da região.

Em 1870, quando o arraial de Bela Flor já se encontrava em desenvolvimento, durante uma missão católica no local, o fazendeiro Joaquim Dias Guimarães doou parte das terras do arraial para a construção de uma capela.

Em meados de 1880, foi criado o Distrito de Paz de Bela Flor pertencente ao município de Palmas de Monte Alto (Lei provincial nº. 1797 de 23 de junho de 1880). Embora oficialmente tivesse a denominação de Bela-Flor, por muito tempo persistiu o nome de Beija-Flor, com o qual o lugar se tornara conhecido.

No ano de 1919, através da Lei Estadual nº 1.364, de 14 de agosto desse ano, Bela Flor foi desmembrado de Monte Alto, porém a real instalação do novo município só se deu em 1º de janeiro de 1920, quando Balbino Gabriel de Araújo Cajaíba tomou posse como o primeiro intendente.

Para a origem do nome "Guanambi", há duas versões: a primeira versão é que Bela tinha uma filha muito simpática chamada Flor. Era comum durante as cerimônias de Santo Antônio, iniciar as festividades apenas depois que todos beijassem a imagem do santo, a começar pela filha da dona da casa, a bela Flor. Querendo que a festa se iniciasse logo, todos os presentes pediam: “Beija, Flor! Beija, Flor!” Assim, o povo passou a chamar o referido lugar de Beija-flor.

Porém, numa outra versão, a denominação Beija-Flor, dada ao arraial, veio da pequena ave, da espécie colibri, pois o terreno sempre úmido de vazante, contíguo ao local do arraial, permitia a existência de flores silvestres e, em consequência, a presença de muitos beija-flores.

Desse modo, o nome Guanambi é originário do tupi-guarani, das palavras *guainumbi*, *guanumbi*, *guanambi*, que significam beija-flor.

Nas duas últimas décadas do século XX, Guanambi apresentou um aumento acentuado na população. No censo populacional de 1970, a cidade contava com uma população de 31 174 habitantes, número que cresceu para 45 420 em 1980, elevando a taxa de urbanização da cidade de 35,9% em 1970 para 54,8% em 1980. Nos últimos trinta anos, a população da cidade quase dobrou, à mesma proporção em que a economia se desenvolveu, tendo o município, em 2010, alcançado a marca de 79,36% de taxa de urbanização, segundo o IBGE. A base da economia da cidade, a princípio, foi do cultivo e beneficiamento do algodão, este produzido na região do Vale do Iuiu, o que fez com que a elite fundiária dessa cultura se estabelecesse em Guanambi, trazendo consigo investimentos na infraestrutura do município, como rodovias, usinas de beneficiamento e o aeroporto, o que contribuiu para o aumento expressivo da população, tendo em vista que essa cidade recebia cada vez mais um contingente populacional diversificado, com pessoas em busca de trabalho na colheita de algodão, e ainda, outras pessoas interessadas em investimentos na cidade ou à trabalho nas usinas beneficiadoras que eram implantadas no local.

6.2.2 – Um Café e Uma Conversa

Em Guanambi fui recebido por uma representante da secretária de educação do município. Ela, uma professora que está a disposição da Secretaria de Educação identificou-se como sendo a pessoa que responde atualmente pela pasta da cultura.

Apesar de existir uma lei de criação da Secretaria de Cultura em Guanambi, esta de fato não funciona. Chegou a funcionar durante os anos de 2012 e 2013, mas atualmente está inativa. A Secretaria de Educação é quem acaba por responder por esta pasta também.

Guanambi é o principal polo econômico do Sertão produtivo e tem um importante equipamento de cultura instalado em uma de suas praças: O Centro de Cultura do sertão Produtivo.

Na manhã do dia 12 de novembro estive com a representante da Secretária de Educação que assim nos explicou a sua função dentro do órgão:

“... sou concursada desde 98 (noventa e oito), mas estou a disposição da secretaria pra trabalhar com toda a coordenação pedagógica e como a secretária, ela responde pelas 03 pastas – Educação, Cultura e Esporte – eu faço esse trabalho de evento da educação e da cultura também.” Vê-se aqui, na fala da gestora um indício de que a gestão pública do município tem como políticas culturais a realização de eventos. Isso ocorre pois na maioria das vezes as prefeituras entendem que a cultura do município se resume aos eventos e festividades que ocorrem no mesmo. Falta uma visão mais profunda a cerca das ações e planejamento em cultura. O estigma do evento ainda persiste e insiste em comandar as ações dos gestores em cultura.

Estando o entrevistador a par da situação relativa a existência da Secretaria de Cultura na lei orgânica mas da não existência da mesma na prática, perguntei a professora os motivos de tal conduta, no que fui assim respondido: *“Em 2012 tivemos um Secretario de Cultura, mas de lá pra cá, acabou o mandato de 2012 e não foi nomeado outro secretario.”* E continua *“... eu acredito que seja uma contenção de despesas, visto que Guanambi ainda não tem um Sistema de Cultura, a gente só tem 0,2% da arrecadação para a cultura, então fica assim pouco demais... eu acredito que seja isso... mas acredito também que possa ser alguma questão ligada lá ao gestor, ao prefeito e só ele mesmo que poderá dar uma explicação mais plausível a respeito.”*

Para Rubim, 2006 *“ a atenção com os instrumentos, meios e recursos acionados, sejam eles: humanos, legais, materiais (instalações, equipamentos etc.), financeiros etc. deve ser sempre um dos momentos interpretativos privilegiados no estudo das políticas culturais. Toda política cultural, para ser concretizada, implica obrigatoriamente no acionamento de recursos financeiros, humanos, materiais e legais. Por conseguinte, é imprescindível às análises de políticas culturais, o conhecimento aprofundado de dispositivos, tais como: 1. Orçamentos e formas de financiamento da cultura previstos e realizados; 2. Pessoal disponível e envolvido na formulação, na gestão e na produção da cultura, em suas dimensões quantitativa e qualitativa, bem como as modalidades de capacitação de pessoal em funcionamento ou previstas; 3. Os espaços, geográficos e eletrônicos, e os equipamentos existentes que estão sendo ou podem ser acionados, sua*

localização, seu funcionamento, suas condições etc. e 4. Os meios legais e as legislações disponíveis e a serem criados para organizar e estimular a cultura.” Este pensamento poderia servir para nortear as ações da secretaria de Guanambi. Daria suporte para um começo promissor, visto que o município parece reunir muitas das características que podem fortalecer uma gestão cultural expoente. Possui boas universidades, bons equipamentos culturais, uma riqueza e diversidade cultura vasta e uma gama infinita de artistas e agentes culturais.

Sobre a existência de um plano gestor para a cultura a professora disse que “em 2009 foi criado o Conselho Municipal de Cultura na Lei Orgânica. Aí foram feitas várias tentativas mas não foi possível. Em 2012 foi nomeado o secretário e morreu totalmente. Agora nós tivemos recentemente... no dia 07 de novembro o Segundo Fórum de Cultura ... e nesse Fórum fizemos a eleição do Conselho de Cultura ... e foi aprovada a minuta que cria a lei do Sistema Municipal de Cultura. Ainda essa semana o prefeito faz a nomeação dos conselheiros. A gente espera que segunda-feira já seja enviada essa minuta para a Câmara (de vereadores). Aí sim: criado o conselho, o conselho já atuando com a aprovação da lei do SMC, a gente já pretende fazer o cadastro no sistema nacional e estadual, para aí a gente partir para a criação do Plano Municipal de Cultura. A gente sabe que não é um trabalho fácil, um trabalho pequeno, mas é preciso fazer isso com urgência!”

Quando a entrevistada diz que a nomeação do secretário de cultura em 2012 fez com que a ideia de criação de um plano gestor morresse realmente causa estranheza. Não seria esta uma das principais funções de um gestor? Planejar! Não foi possível identificar o por que desse luto, pois a professora preferiu não dar continuidade, mas levantou uma dúvida daquelas que nos coça a cabeça. No que se refere as condições que são postas para justificar a ausência de um plano gestor, percebe-se que existe uma certa confusão de conceitos e funções. É claro que o Conselho de Cultura poderá e deverá contribuir/participar na elaboração do plano, no entanto seria imprescindível que o poder público já tivesse propostas e proposições. Rubim, 2013 diz que “*os sistemas de cultura podem transformar as políticas culturais em políticas de estado. Isto é, em políticas que permanecem para além dos mandatos dos governos. Deste modo, alguns dos constantes e*

graves problemas das políticas culturais como ausência, descontinuidade e instabilidade podem e devem ser superados.” Desta forma não se pode abrir mão dos direitos culturais em detrimento de questões outras.

Segundo a entrevistada, foram realizadas 03 conferências de cultura no município. E as principais proposições destas conferências foram: *“a revisão do calendário cultural do município, que foi feito há muito tempo e não foi revisto; a cobrança de que se efetive todas essas atividades que foram contempladas no calendário; a cobrança de que se nomeie um secretario de cultura, apesar de que eu acho que a presença de um secretario não vá garantir um trabalho de cultura no município; enfim, algumas coisas que forma propostas e na medida do possível a gente vem tentando executar.”* Comparando a resposta da professora com o relatório da última conferência percebemos uma certa disparidade entre o que foi dito e o que está escrito. No documento as três principais propostas são: Nomeação da(o) secretaria(o) de cultura em caráter emergencial, Ativação do Conselho Municipal de Cultura de Guanambi através de eleição realizada em plenária popular e Criação do Plano Municipal de Cultura de Guanambi. Ainda assim, entendemos que existe um grande esforço para manter-se atualizada com as atuais propostas para as políticas culturais que estão em voga.

Quando perguntada sobre as principais dificuldades, respondeu que a questão do baixo orçamento é determinante e limitante: *“ tem ideias e projetos fantásticos que você pretende desenvolver mas que infelizmente falta recurso. Em se tratando de Brasil, a gente sabe que cultura, ainda não é prioridade.”* Ainda sobre as dificuldades afirma que *“os grupos artísticos do município, os cantores, eles querem... cobram do poder público, mas eles não apresentam projetos. Como trabalhar com o dinheiro público sem projetos? Como é que a gente vai justificar esse dinheiro? Como é que a gente vai dar esse patrocínio? De fato existe aqui uma queixa séria sobre a organização dos atores culturais. Ainda não existe uma conduta prática e organizada para a construção de uma política coletiva. O individualismo ainda prevalece e isso tem dificultado o pleno exercício da cidadania cultural. “Como dimensão cidadã através do reconhecimento que a cultura é um direito humano fundamental, a exemplo de outros direitos da cidadania como: educação, saúde, trabalho etc. A cidadania cultural compreende o pleno acesso*

aos bens e serviços culturais, a possibilidade de experimentar a criação cultural e a participação na discussão e na elaboração das políticas culturais.” (Rubim, 2013)

Com relação as perspectivas para o futuro a professora revela o seguinte: *“a nossa esperança é que com a criação do Sistema de Cultura, a gente possa minimizar esses problemas pois a gente pode criar os nossos próprios editais... e dessa forma a gente vai poder atender um número bem maior de grupos artísticos em nosso município sem muita dificuldade!* O SMC pode, sem dúvida, dar direções a gestão de cultura do município, mas ele não é uma fórmula mágica. No caso de Guanambi, a implantação do mesmo pode fato dar um direcionamento as políticas culturais do município, mas sem dúvida será necessário uma efetiva participação da comunidade.

6.3 – O RIO DA PESCA – PINDAÍ

"A existência da velha denominação “tapera” dada a um sítio a noroeste de Guirapá, nos permite supor que ali se estabeleceram os primeiros povoadores daquela parte do Alto Rio das Rãs, antes da formação do antigo arraial que, mais tarde, foi a Vila Bela de Umburanas, que atualmente pertence ao município de Pindaí." (TEIXEIRA, 1991, p. 45) E foi então, por relatos em livros como o de Teixeira e depoimentos de pessoas remanescentes entrevistadas, na antiga Fazenda Tapera a qual ainda existe, a aproximadamente 06 quilômetros do distrito de Guirapá, foi que surgiram as primeiras moradias que, anos depois, veio a se espalhar e formar a antiga Vila Bela de Umburanas, atual Guirapá, cujas povoações descambou-se morros abaixo até a formação antiga Vila de Gameleira, atual Pindaí.

Tais aglomerados de casas surgiam devido ao crescimento de pequenas fazendas em que os donos cediam terrenos próximos as suas residências para a construção de casa para seus serviçais. Nessas vilas e fazendas com varias casas, que iam de boas até as de enchimento com taipa revestida de barro, a passagem de tropeiros e bruaqueiros se tornava comum os quais viajavam dias e noites sob sol e chuva para vender suas mercadorias que iam de utensílios domésticos, alimentos não perecíveis até ferramentas e

peças de vestuário. Os tropeiros geralmente se encontravam em grandes grupos nas antigas vilas da região para vender seus produtos e ficavam até sete dias no local das vendas.

Na Vila de Gameleira, nome dado pelos moradores devido ao grande presença da árvore de mesmo nome, a antiga feira livre, hoje relembada como “feira velha do antigo barracão” que acontecia no centro da atual Praça Luiz Eduardo, antiga Praça do Esporte, era ponto forte de comércio dos moradores, tropeiros e viajantes vindos de toda a região o que contribui fortemente para desenvolvimento comercial da vila.

Com um acesso mais fácil para vender e comprar mercadorias e na obtenção de arrumar algum trabalho ou abrir um possível comércio as pessoas se deslocavam de lugares mais longínquos da região para se instalarem próximo as vilas e arraiais. E assim crescia vilas, povoados e fazendas que pertenciam ao antigo município de Duas Barras, atual Urandi. Sendo assim, com as Leis Administrativas, datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937 e o Decreto de Lei Estadual número 10.724 de 30 de março de 1938 integram ao município de Duas Barras, em apreço, quatro distritos sendo o da sede que ficava com o nome de Urandi, o de Piedade, São João da Gameleira e Umburanas. Já no quinquênio de 1939 a 1943 no Decreto Estadual número 11.089 de 30 de novembro de 1938 o Distrito de São João da Gameleira aparece como simplesmente Gameleira. No quinquênio de 1944 a 1948 com o Decreto Estadual de número 12.978 de 1 de junho de 1944 os distritos sofrem a mudança nos topônimos distritais sendo que de Piedade passa a se chamar Tauape, de Gameleira para Pindaí e de Umburanas para Guirapá. Tal mudança permaneceu para os quinquênios posteriores de 1949-1953 e 1954-1958.

O nome de Pindaí é de origem indígena - do Tupi-Guarani - Rio da Pesca ou Rio do Anzol (Pind = Rio + Ai =anzol, pesca). Este nome foi dado pela professora Eponina Zita, natural de Caetité que na época trabalhava em Urandi, mudança esta que baseava-se na Lei Estadual 12.978 de 1 de junho de 1944 que determinava a mudança dos nomes de cidades e distritos que tivessem nomes idênticos. Após levantar algumas características locais da região e sabendo no números de nascentes de água doce na serra bem como a principal que era o Rio de Contendas surgiu então o nome de Pindaí que foi apresentado e aceito. Este nome permaneceu até o ano de 1965 quando foi apresentado, devido a grande produção de algodão que existia no município na época, o nome de Ouro Branco. Porém

este nome não se oficializou devido coincidir com um distrito de Jacobina, no estado da Bahia, voltando então ao seu nome anterior.

Pindaí desmembrou-se de Urandi pela Lei Estadual 1.617 de 13 de fevereiro de 1962 publicada no Diário Oficial do estado da Bahia no dia 20 de fevereiro de 1962. Assim ficou com o Distrito de Guirapá pertencente ao seu território. A atual prefeita é a Sra. Rosane Madalena Ladeia Pereira Prado (2013-2016), primeira mulher a assumir o posto de chefe do Executivo Municipal a qual se candidatou a três dias para as eleições em substituição ao marido Valdemar da Silva Prado que renunciou a sua candidatura haja vista ter sido enquadrado na Lei da Ficha Limpa .

O município de Pindaí está localizada na região da Serra Geral, sudoeste do estado da Bahia. Município de pequeno porte com o total de 15.616 habitantes sendo que desse total 3.631 são da zona urbana e 11.863 da zona rural sendo assim um município com uma zona rural extensa particularizando sua grande cultura agrícola. A distância de Pindaí a capital do Estado é de 726 km, e seu IDH é de 0,603. (Wikipedia, 2014)

6.3.1 – Tudo e Mais um Pouco

Em Pindaí não existe um órgão próprio de gestão da cultura. A secretária de educação é quem responde pelo Esporte, Turismo, Lazer, Educação e Cultura. Tudo numa única pasta. No município também não existe alguém que se dedique exclusivamente a pasta da cultura. Alguém foi nomeado, mas de fato não assumiu as funções. A própria secretaria é quem tenta dar conta de toda a demanda nos diversos setores de sua secretaria. No dia 14 de novembro de 2014, estive no município para a coleta de dados.

Sobre a existência de um plano gestor para a cultura do município a secretaria disse o seguinte: *“o ano passado nós tivemos aí uma lei aprovada sobre a implantação do SMC. Porém as nossas ações com relação a cultura ainda estão muito tímidas. Tem uma porção de coisas que nós precisamos regulamentar e não fizemos isso ainda. Até porque a gama de trabalhos decorrentes da secretaria de educação e o fato da cultura estar agregada a educação, então uma acaba, em algum momento, sufocando mais a outra. Então nós estamos assim aos poucos, pensando em inclusive manter contato com outras*

entidades, com outras pessoas, pra ver se a gente formaliza um Plano Municipal de Cultura, que é uma coisa prevista no SMC, bem como criar o Fundo Municipal de Cultura. Está lá, tudo previsto na lei, mas que não foi ainda viabilizado na totalidade.” Em Pindaí a ideia de que a Cultura está em segundo ou terceiro plano foi claramente percebida na fala da secretária. Pelo que percebemos não há de fato uma mobilização local por parte do poder público para a implantação e implementação do sistema. Quando ela diz que “uma está sufocando a outra”, ficou claro no decorrer da conversa que essa outra era justamente a cultura.

Segundo a secretaria, o conselho de cultura do município existe e todas as ações referentes a cultura, passam pelo crivo do conselho. *“sempre que tem uma atividade de cunho cultural dentro do município, a recomendação da prefeita é que a gente faça a partir da apreciação do conselho. A partir daí é que a gente executa diversas ações aqui no município de Pindaí.* Pelo entendido, de fato o conselho existe, mas não é deliberativo e sim consultivo. Ele participa das ações sendo ouvido sobre elas. A secretária demonstra que não há um plano para a cultura nem um calendário, mas que as festas acontecem naturalmente em seus períodos costumeiros. Sobre isso Rubim, 2012 diz que *“as festas são comemorações complexas e, por conseguinte, possuem múltiplas dimensões. Elas aglutinam, dentre outras, variáveis políticas, econômicas, sociais, espaciais, comunicacionais e lúdicas. Deste modo, elas podem ser capturadas por diversos tipos de política. Entretanto, as políticas culturais são aquelas que tomam as festas em toda sua complexidade e em seus aspectos mais essenciais, como expressão viva de um coletivo humano, demasiadamente humano.”* Fica a esperança de que esse tipo de conduta esteja sendo tomada.

Ao ser arguida sobre as maiores dificuldades encontradas com relação as ações culturais, disse o seguinte: *“ ... as dificuldades são aquelas decorrentes de se gerar uma especificidade para uma atenção a cultura da forma como deve acontecer. Por exemplo: nós não podemos conceber hoje educação desassociada de cultura. A educação, ela se processa no contexto de uma cultura local. Então o que mais impede a falta de um trabalho melhor é talvez essa falta de especificidade de ações, porque tudo é feito muito*

de forma conjunta, quando muitas vezes exige uma ação específica. Percebo que de fato há um grande domínio da educação sobre a cultura e que a atual gestora gosta de enfatizar isso. Botelho, 2011 diz que *“vários planos nacionais se sucederam sem que os recursos necessários à sua implementação fossem alocados, em parte por razões ligadas à história tumultuosa das relações entre os ministérios da Cultura e da Educação nacional. Não pretendemos voltar aqui à questão, mas tão só salientar que o objetivo de uma política, a nosso ver, longe de se limitar apenas à promoção da oferta proposta pelas instituições culturais numa perspectiva de formação dos “espectadores de amanhã” ou ao estímulo do potencial criativo das crianças e dos adolescentes, deve concernir ao conjunto da produção cultural de ontem e de hoje, em toda a sua diversidade.”* O que vemos em Pindaí, nada mais é que a materialização deste pensamento.

Com relação as projeções futuras para a gestão em cultura foi dito o seguinte: *“Nosso grande sonho é que a gente tenha uma casa de cultura aqui em Pindaí. Onde nessa casa a gente possa até resgatar coisas que dizem respeito a nossa história e que ali as pessoas ao chegarem possam ver essa construção... eu queria assim um lugar de referência da cultura daqui.”* Quando falamos em planejar o futuro o que aparece é mais uma ação para o futuro. Mais uma proposta de construção de um centro de memória. Ainda não existe o desejo latente de planejar, projetar e estruturar as políticas culturais, assim como as de educação, finanças, meio ambiente...

Segundo a secretaria, o município realizou 03 conferências de cultura sendo uma em 2007, uma em 2011 e outra em 2013. Apesar disso, ela diz que não houve muito avanço em relação a gestão cultural: *“ olha, nós não avançamos muito a partir da conferência, não. Até porque, infelizmente, aqui tem muito aquela realidade do que tá no papel pra o que efetivamente é feito... a coisa fica muito bonito a nível de discursão ali, mas na hora de se processar realmente alguma coisa falha!”*

Apesar de demonstrar uma certa frustração com os resultados das conferências, ela cita algumas ações estratégicas que foram traçadas durante as mesmas: *“... envidar esforços pela valorização das nossas manifestações culturais e um dos grandes propósitos que*

nós tivemos foi exatamente essa questão desse memorial de cultura, que a gente gostaria de ter aqui no município...”

Ao comparar essa resposta com o relatório da última conferência percebemos que ela não está no rol da prioridades eleitas. A comunidade entendeu que o plano de ações estratégicas de cultura deveria abranger: a regulamentação do Fundo Municipal de Cultura; o levantamento e cadastramento de Patrimônio Histórico, Artístico e Sócio Cultural do município e por último a Elaboração o Plano Municipal de Cultura. Parece que falta um pouco de conexão entre as decisões tomadas no gabinete e o verdadeiro desejo popular manifestado na última conferência realizada em julho de 2013.

7 – CONSIDERAÇÕES

As andanças pelo Sertão Produtivo foram fundamentais para o entendimento da atual situação dos Sistemas municipais de Cultura. Estar cara a cara com cada gestor foi ponto primordial para as conclusões a que cheguei. Comungo com os colegas muitos dos dilemas aqui elencados. A falta de orientação e formação é sem dúvida um fator limitante. De fato a Secretaria de Cultura da Bahia tem agido no sentido de dar suporte aos municípios na elaboração de seus planos e na criação de seus sistemas, no entanto ainda não é suficiente. Ainda prevalece as políticas de governo em detrimento das de estado.

Devo recorrer a Botelho quando ela diz que *“As políticas culturais, isoladamente, não conseguem atingir o plano do cotidiano. Para que se consiga intervir objetivamente nessa dimensão, são necessários dois tipos de investimento. O primeiro é de responsabilidade dos próprios interessados e poderia ser chamado de estratégia do ponto de vista da demanda. Isto significa organização e atuação efetivas da sociedade, em que o exercício real da cidadania exija e impulsiona a presença dos poderes públicos como resposta a questões concretas e que não são de ordem exclusiva da área cultural. Somente através dessa militância poder-se-á “dar nome” – no sentido mesmo de dar existência organizada – a necessidades e desejos advindos do próprio cotidiano dos indivíduos, balizando a presença dos poderes públicos.”*

Esse me parece, o melhor caminho a seguir. Não digo o único pois existem vários e percorre-los depende estritamente de nossas escolhas. O Sertão Produtivo, assim como todo o território nacional é prenhe de cultura. São inúmeras as manifestações que podem ser catalogadas, vistas, aproveitadas, experimentadas. As políticas públicas voltadas a cultura devem ocupar um lugar de maior importância política no contexto administrativo dos municípios desta região.

O segundo tipo de investimento sugerido pela autora *“refere-se à área de cultura dentro do aparato governamental. Uma política cultural que queira cumprir a sua parte tem de saber delimitar claramente seu universo de atuação, não querendo chamar a si a resolução de problemas que estão sob a responsabilidade de outros setores de governo.*

Ou seja, ela participará de um consórcio de instâncias diversificadas de poder, precisando, portanto, ter estratégias específicas para a sua atuação diante dos desafios da dimensão antropológica.” E talvez aqui neste ponto é onde encontramos os maiores desafios para a solidificação do Sistema.

É certo que muitas são as dificuldades enfrentadas pelos gestores. Aqui conseguimos identificar algumas como a falta de formação, a confusão conceitual de preceitos básicos, a condição de coadjuvante que a cultura ocupa em algumas prefeituras... no entanto existe um movimento visível de mobilização para a criação dos sistemas. Ainda que incipiente, mas já se nota nas conversas a presença desse desejo.

Como diz Rubim, 2013, *“por óbvio que este processo não é fácil, nem rápido, pois este modo de relacionamento entre comunidade cultural e estado foi construído durante muito tempo e constituiu muitos e enormes interesses que, ao mesmo tempo, colocavam o estado a serviço de determinados produtores de cultura “amigos do rei” e tornavam os produtores culturais subservientes ao estado e seus dirigentes. Para superar esta conexão indesejável entre estado e cultura, precisamos avançar para uma nova modalidade de relacionamento.”* Então o que nos resta é caminhar e o caminho se faz caminhando.

Pode-se verificar também que os ditos “CPFs”(Conselho – Plano – Fundo), é algo com grande possibilidade de se tornar uma realidade. Em todos os municípios visitados em algum momento eles foram citados. Existe uma vontade. Existe um desejo latente de que isso se torne uma verdade. Talvez o que falte é um entendimento maior de todas as partes envolvidas: poder executivo, legislativo e sociedade civil organizada. Não dá para um esperar pelo outro. É necessário que cada um faça a sua parte e que junte-se ao outro para a completude das ideias. Esta ação é conjunta e depende da participação de todos os seguimentos.

O futuro que se desvela é promissor. Não soa a utopia, mas a uma constatação a partir dos diálogos traçados com os sujeitos participantes deste trabalho. Há alguns anos falar em SMC era um devaneio. Hoje ele está presente nas discursões, nos debates e por que não dizer nos planos daqueles que lidam diariamente com a cultura. Falta muito pouco

para que a rede se forme de verdade e que as gentes desse país continente possam desfrutar de forma mais eficaz das políticas culturais.

Fica aqui a necessidade de continuar trilhando este caminho e empunhar a bandeira de que precisamos estruturar nossas políticas culturais, para que todos, de fato, possam exercer plenamente seus direitos culturais.

8 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBALHO, Alexandre. Política cultural. In: RUBIM, Linda (org); BARBALHO, Alexandre; RUBIM, Antônio. Salvador: Edufba/FACOM/CULT, 2005.

BARROS, José Márcio Barros. Processos (trans)formativos e a gestão da diversidade cultural. In: CALABRE, Lia (org.). Políticas culturais: reflexões sobre gestão, processos participativos e desenvolvimento. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009.

BOTELHO, Isaura. A infraestrutura cultural dos municípios brasileiros. ¿ _____. A política cultural e o plano das idéias. In: RUBIM, A. A. & BARBALHO. (Org.).

BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação, Campinas: Papyrus, 1996.

_____. O poder simbólico. Lisboa, Difel/Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989.

CHAUÍ, Marilena. Cidadania cultural: o direito à cultura. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

DECLARAÇÃO DE FRIBURGO Os direitos culturais. Disponível em: <<http://www.unifr.ch/iiedh/assets/files/declarations/port-declaration.pdf>>. Acesso em: set. 2014.

DUARTE; rosaria. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. Departamento de educação da pontificia universidade católica do rio de janeiro. 2002.

IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Perfil dos municípios brasileiros: cultura 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2007b.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE. Indicadores sociais municipais: uma análise dos resultados do universo do Censo

Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Estudos e pesquisas: informações demográfica e socioeconômica. n. 28.

_____. Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2003-2005. Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, 2007a.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004

MINISTÉRIO DA CULTURA, 1a Conferência Nacional de Cultura 2005/2006: estado e sociedade construindo políticas públicas de cultura. Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

_____. As metas do Plano Nacional de Cultura. Brasília: Ministério da Cultura, 2012a.

_____. Cultura em três dimensões: material informativo: as políticas do Ministério da Cultura de 2003 a 2010. Brasília: Ministério da Cultura, 2010a.

_____. Guia de orientações para os estados: Sistema Nacional de Cultura: perguntas e respostas: dezembro/2010b. Disponível em: <http://blogs.cultura.gov.br/snc/files/2011/09/GUIA-DE-ORIENTA%C3%87%C3%95ES-AOS-ESTADOS-SNC-PERGUNTAS-E-RESPOSTAS_-19JAN2011.pdf>. Acesso em: set, 2014

_____. Guia de orientações para os municípios: perguntas e respostas. Brasília, Ministério da Cultura, 2011a.

Integração dos Estados e Municípios ao SNC. 2012b. Disponível em: <http://blogs.cultura.gov.br/snc/files/2012/06/ACORDO-SNC-GRAFICOS-E-TABELAS_OUTUBRO-2012.pptx>. Acesso em out. 2014.

_____. Plano Nacional de Cultura: diretrizes gerais. 2a ed. Texto atualizado com a revisão do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC Brasília: Ministério da Cultura, 2008. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/10/pnc_2_compacto.pdf>. Acesso em: set. 2014.

_____. Proposta de estruturação, institucionalização e implementação do Sistema Nacional de Cultura. Brasília: MinC, 2011b. Disponível em: <<http://blogs.cultura.gov.br/snc/files/2012/02/livro11-602-para-aprovacao.pdf>>. Acesso em: set, 2014.

_____. Quantidade de Municípios com Acordo por Estado e Região 02-14-2013. Disponível em: <<http://blogs.cultura.gov.br/snc/files/2013/04/Quantidade-de-Munic%C3%ADpios-com-Acordo-por-Estado-e-Regi%C3%A3o-14.02.2013.pdf>>. Acesso em out. 2014.

ONU. Carta das Nações Unidas e estatuto da Corte Internacional de Justiça. Trad. Centro de Informação das Nações Unidas no Brasil. Rio de Janeiro: Unic/Rio/006, 2001.

_____. Declaração universal dos direitos do homem. Trad. Centro de Informação das Nações Unidas no Brasil. Rio de Janeiro: UNIC/Rio/005, 2000.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no governo Lula. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (org). Políticas culturais no governo Lula. Salvador: EDUFBA, 2007a.

_____. Políticas culturais do governo Lula/Gil: desafios e enfrentamentos. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BAYARDO, Rubens (Orgs.). Políticas culturais na Ibero-América. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 51-74.

_____. Políticas culturais: entre o possível e o impossível. In: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori. Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares. Salvador: EDUFBA, 2007b. _____. Políticas culturais: entre o possível e o impossível. Texto apresentado no II Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador, 2006.

_____. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; e BARBALHO, Alexandre (Org.). Políticas Culturais no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2007c. v. 2.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; e BARBALHO, Alexandre (Org.). Políticas Culturais no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2007a. v. 2.

_____. Políticas culturais no governo Lula. Salvador: EDUFBA, 2007b. v. 6.

SILVA, Frederico A. Barbosa da. Políticas culturais no Brasil 2002-2006: acompanhamento e análise. Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

SUPLICY, Marta. Promulgação do Sistema Nacional de Cultura. Brasília, Congresso Nacional, 29 de novembro de 2012. Discurso da ministra Marta Suplicy, no Senado Federal, na sessão de promulgação do Sistema Nacional de Cultura. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2012/11/29/discurso-da-ministra-marta-suplicy-no-senado-federal-na-sessao-de-promulgacao-do-sistema-nacional-de-cultura/>>. Acesso set. 2014.

TRIVINÕS, Augusto Nivaldo Silva, 1928-T759. Introdução á pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação/ Augusto Nivaldo Silva Trivinos.- 1.ed.- 15.reimpr.- São Paulo: Atlas, 2007.176p..<<http://pt.scribd.com/doc/84708933/Livro-Introducao-a-pesquisa-em-Ciencias-Sociais-Trivinos#logout>>. Acesso em: 13 jul. 2014 as 18:32.

VILLAÇA, Marcos Vinicius. Por uma política nacional de cultura. Brasília, Ministério da Educação e Cultura/Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.

ANEXOS

ANEXO 1

Roteiro para entrevista:

1. Existe um Plano Gestor de cultura para o município, o que ele prioriza?
2. Já aconteceu em seu município oficinas para a implantação do SMC?
3. Qual a importância do RTC para o processo de implantação do SMC?
4. Quantas conferências de cultura foram realizadas no município? Você participou?
Quais os principais frutos oriundos destas conferências?
5. Você já participou de algum tipo de capacitação específica para a formação de gestores culturais? Comente:
6. Existe conselho municipal de cultura no município? Comente:
7. Existe um plano de cultura para o município? Comente:
8. Quais os principais avanços que você pode apontar na gestão cultural do município?
9. Quais as principais dificuldades enfrentadas?
10. Quais as perspectivas para o futuro?

Detalhar os critérios do sorteio

Objetivos o segundo está praticamente igual ao geral pode ser tirado
Página 32

Nas considerações recomendar soluções e recomendações